



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA  
SECRETARIA DE GOVERNO



Ofício/SEGOV nº 089/2020

Uruguaiana, 19 de novembro de 2020.

Excelentíssimo Senhor  
**Ronnie Peterson Colpo Mello**  
M.D. Prefeito Municipal  
Palácio Barão do Rio Branco  
Nesta Cidade

CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA	
PROTOCOLO	
Nº 0678 / LEG	Rubrica
DATA: 24 / 11 / 2020	HORA: 10 : 52

Senhor Prefeito,

Ao ensejo de cumprimentá-lo cordialmente, vimos pelo presente, encaminhar em resposta ao **Ofício nº. 100/2020/DLEG**, da Câmara Municipal de Vereadores, o **Requerimento nº 63/2020** de autoria do Senhor Vereador **Elton da Rocha**, apresentar o Ofício em anexo, em resposta a solicitação.

Sendo o que tinha para o momento, reitero votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente.

  
\_\_\_\_\_  
Elton Rosa Melo

Secretário Municipal de Governo



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA**  
**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico**  
**PROCON**

Uruguaiana, 28 de setembro de 2020.

Ref. Ao Ofício Exec. nº 100/2020/DLEG

Ilustríssimo Senhor

Bel. Paulo André Fossari

MD. Secretário Municipal de Governo

Ilustríssimo Senhor:

Ao cumprimentá-lo cordialmente, vimos manifestar-se sobre o ofício expedido pela Câmara Municipal de Uruguaiana, datado em 19 de março de 2020 e recebido neste Órgão, no dia 11/09/2020.

Primeiramente cabe informar que no dia 20 de março de 2020, este Procon realizou fiscalização “in loco” de todas as farmácias e demais estabelecimentos comerciais que vendem álcool gel e mascaras de proteção respiratória individual.

Neste sentido, a fim de verificar a existência ou não de algum tipo de abuso, este Órgão notificou todos os estabelecimentos, para que comprovassem através de Notas Fiscais os valores que adquirem os produtos e os preços repassados aos consumidores. No momento da notificação este Procon fez a verificação dos preços cobrados, assim como, demais Leis pertinentes à defesa do Consumidor (ex: Lei da Precificação, Lei sobre o exemplar do Código de Defesa do Consumidor nos estabelecimentos empresariais, etc.).

Vale mencionar que o problema de falta dos produtos acima mencionados e as denúncias de supostos abusos por parte dos fornecedores foi um problema nacional.

Também se ressalta que este Órgão, em conjunto com outros Procons do Estado, trocaram informações para visualizar, inclusive, a existência de diferenciações em cada cidade do Estado do RS, assim como, possíveis abusos ou ilegalidades.

Portanto, informamos que este Procon tem conhecimento dos problemas e conseguiu solucionar vários casos que chegaram ao conhecimento do referido Órgão. Também informamos que era uma demanda a nível nacional e todos os Procons do País estão monitorando os preços cobrados dos consumidores e exigindo solução para as irregularidades/ilegalidades.

Desde já fico a disposição para responder eventuais questionamentos e prestar mais esclarecimentos que por ventura achar necessário. Segue em anexo, copia do modelo de Notificação.

Atenciosamente,

  
Bel. André Rispoli Recart  
Diretor Procon

**Bel. André Rispoli Recart**  
**Diretor - PROCON**  
**URUGUAIANA - RS**





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA  
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico  
**PROCON**

**NOTIFICAÇÃO**

Notificação nº \_\_\_\_\_/2020

Uruguaiana, 20 de março de 2020.

NOTIFICADO: \_\_\_\_\_

ENDERÇO: \_\_\_\_\_

CNPJ nº \_\_\_\_\_

DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ HORA: \_\_\_\_\_

O Diretor do PROCON, no uso de suas atribuições legais NOTIFICA esta Empresa, para que preste esclarecimento a este Órgão de Defesa do Consumidor, sobre a venda de álcool em gel, assim como, máscaras de proteção respiratória individual.

Diante da pandemia mundial do CORONAVIRUS (COVID-19), existe uma grande demanda pelos produtos acima mencionados, que está ocasionando falta destes no mercado.

Ocorre que está chegando a este Órgão, diversas denúncias sobre os aumentos abusivos de preços do álcool em gel e das máscaras de proteção, configurando prática vedada pelo Código de defesa do Consumidor.

Importante mencionar que o Diploma Consumerista (CDC) determina como prática abusiva, a obtenção de vantagem manifestamente excessiva do consumidor, assim como, eleva sem justa causa o preço dos produtos e serviços, situações dispostas, no art. 39, inc. V e X, respectivamente, da referida Lei. O referido artigo do CDC deve ser lido em consonância com os artigos 5, inciso XXXII e 170, da Constituição Federal.

Também se ressalta que o aumento arbitrário dos lucros, constitui infração contra a Ordem Econômica, nos termos do artigo 36, inciso II da Lei Federal nº 12.529/2011.

É de clareza solar, que é dever do Estado implementar ações governamentais no sentido de proteger efetivamente o consumidor e é obrigação do fornecedor adotar o equilíbrio nas relações de consumo, tendo em vista, que é direito fundamental do consumidor obter a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, bem como, aos preços praticados, tributos incidentes, reajustes aplicados e variações legais.

Neste sentido, as práticas infracionais às normas de proteção e defesa do consumidor serão apuradas em processo administrativo, que será iniciado mediante ato, por escrito, da autoridade competente, com a lavratura do auto de infração ou reclamação.

Diante disso, a fim de apurar eventual prática abusiva, a teor do art. 39, inc. V e X, do Código de Defesa do Consumidor, o PROCON Notifica esta Empresa e Vossa Senhoria, para que preste os devidos esclarecimentos sobre o reajuste de preços do álcool em gel e das máscaras de proteção respiratória individual. A



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA**  
**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico**  
**PROCON**

resposta por escrito, deverá ser entregue, dentro do prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento desta, para prestar esclarecimentos, assim como, que seja apresentada as respectivas notas fiscais de compra e venda dos itens referidos. A omissão por parte de Vossa Senhoria e desta Empresa, acarretará em abertura dos procedimentos administrativos, cabíveis para o caso em tela, bem como, incorrerá no que dispõe o art. 330, do Código Penal Brasileiro. A resposta por escrita deverá ser entregue no Procon, cito Rua Duque de Caxias, nº 1700, Centro, nesta Cidade, horário das 08:30 às 13:00.

Atenciosamente,

MODELO

  
Bel. André Rispoli Recart

Diretor Procon

Bel. André Rispoli Recart  
Diretor - PROCON  
URUGUAIANA - RS